



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0066

BI-2019-0034

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 20/05/2019

**Hora:** 9h50

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Luis MAS. Machado

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

Inspeção integrada na campanha de inspeções a Operadores de Gestão de Resíduos

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Equiambi - Equipamento, Serviço e Gestão Ambientais, Sociedade Unipessoal, Lda.

**NIPC/NIF:** 512044465

**Sede/morada:** Estrada do Pico Castelhana, S/N - Chã do Rego D' Agua

**Código Postal:** 9560-301

**Freguesia:** Cabouco

**Concelho:** Lagoa (São Miguel)

**Ilha:** Ilha de São Miguel

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa

**Endereço:** Caminho do Quitadouro

**Código Postal:** 9880-315

**Freguesia:** Santa Cruz da Graciosa

**Concelho:** Santa Cruz da Graciosa

**Ilha:** Ilha da Graciosa

**Atividade principal:** 38322 - Valorização de resíduos não metálicos

**Outras atividades:**

**Período de funcionamento:** 8h00 – 17h00

**Licenciamento da atividade:** Alvará nº 11/DRA/2012



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

📍 BI-2019-0034



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O centro de processamento de resíduos da Graciosa (CPRG), é uma instalação licenciada para a realização de operações de gestão de resíduos. O centro pode realizar as operações de gestão de resíduos com os códigos R3, R12, R13, D12 e D13 (conforme os anexos I a IV do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro), e tem uma capacidade instalada de 25 000 toneladas ano.

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

☒ Rede pública

☐ Captação própria em DPH

☐ Captação própria em RH particulares



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Refeitório, WC e balneários	ETAR/L – não funciona	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Edifício administrativo, da oficina, da plataforma de descarga da estação de transferência, da plataforma do ecocentro, da unidade de lavagem de rodados, da báscula e do centro de valorização orgânica por compostagem	ETAR/L – não funciona	Solo

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará nº AR/2016/41 (renovação)
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Não é efetuada monitorização
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Não é efetuada monitorização
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	A ETAL já não estava em funcionamento à data da emissão do Alvará nº AR/2016/41.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não cumprido	a) Controlo das variáveis do processo na ETAR/L, com recolha de amostras, sua caracterização, análise dos resultados obtidos e implementação das medidas corretivas em tempo; b) Cumprimento do programa de manutenção de forma a obter o funcionamento contínuo e fiável dos equipamentos.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	A ETAL não funciona
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

o registo é efetuado em papel e transferido para folhas de Excel.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade (ton.)	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	73,4705	R13	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	317,6162		
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares		R13	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	1500,3940	R13	

(Quantitativos baseados no registo “Mapa de entrada de resíduos” de 2018)



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa	
Empresas	
Privados/Particulares	

### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade (ton.)	Destino
150103	Embalagens de madeira	358,97	
150107	Embalagens de vidro	338,36	
150104	Embalagens de metal	167,04	
150105	Embalagens compósitas	135,35	
160106	VFV	63,37	
160211*	REEE	61,98	
160213*	REEE	54,54	

(Quantitativos baseados no registo “Mapa de entrada de saídas” de 2018)

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Não verificado	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Não verificado	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não verificado	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Cumprido parcialmente	Não efetuam despoluição de VFV



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>m)</b> Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DL 152-D/2017	Cumprido parcialmente	Alguns REEE armazenados no exterior, em zona não coberta (Anexo III).
<b>n)</b> Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Baterias armazenadas sobre uma palete de madeira
<b>o)</b> Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
<b>p)</b> Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

**5.2.2** - Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
<b>a)</b> Funcionamento de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e separadores de óleos e gorduras.		Não cumprido	O sistema de tratamento do efluente não funciona.
<b>b)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea a) "O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa é composto por um centro de valorização orgânica por compostagem com sistema de tratamento de odores, um ecocentro, uma estação de transferência, uma estação de tratamento de águas lixivantes e instalações de apoio", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
<b>c)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea b) "No centro de valorização orgânica por compostagem são realizadas as operações de triagem, armazenagem e valorização orgânica por compostagem, e ainda a estabilização de resíduos indiferenciados", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Não é realizada a valorização orgânica por compostagem.
<b>d)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea c) "O centro de valorização orgânica por compostagem está equipado com 2 tapetes mecânicos, um separador de metais, um crivo e triturador de verdes. O sistema de desodorização é composto por scrubber, ventilador e biofiltro pré-fabricado", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não aplicável	O centro de valorização orgânica por compostagem não estava a funcionar, nem o sistema de desodorização.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
e) Cumprimento da condição descrita na alínea d) "Os resíduos encaminhados para o centro de valorização orgânica por compostagem são descarregados na fossa de resíduos indiferenciados de onde são removidos e transportados por tapetes transportadores até um separador de metais ferrosos. De seguida os resíduos são sujeitos a uma crivagem rotativa de malha adequada, e encaminhados por meio de tapetes transportadores para uma triagem manual. Uma vez apurada a fração de orgânicos, esta será encaminhada para as pilhas de compostagem, juntamente com resíduos florestais triturados", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	O processo não ocorre como descrito. Primeiro é efetuada remoção manual do plástico, metal, papel, têxteis entre outros resíduos e o restante é enviado por tapete para a crivagem rotativa e separador de metais ferrosos. A fração orgânica é acumulada na nave.
f) Cumprimento da condição descrita na alínea e) "No ecocentro são realizadas as operações de receção e armazenagem de resíduos para posterior encaminhamento para destino adequado", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento da condição descrita na alínea f) C e reservatórios são protegidos por uma cobertura metálica", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Existem contentores no ecocentro que não estão cobertos, e outros em diversas zonas não cobertas da instalação.
h) Cumprimento da condição descrita na alínea g) "Na estação de transferência são realizadas as operações de compactação, armazenagem e posterior expedição dos resíduos para destino final", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	A estação de transferência está operacional.
i) Cumprimento da condição descrita na alínea h) "A estação de transferência será constituída por uma tremonha de alimentação, um compactador estacionário, uma mesa de translação com 3 postos de estacionamento e contentores fechados de 30 m³", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	A estação de transferência está operacional.
j) Cumprimento da condição descrita na alínea i) "Os resíduos a acondicionar e compactar na estação de transferência são conduzidos à plataforma onde são descarregados para uma tremonha que os conduzirá ao compactador. Este procederá à compactação dos resíduos para o interior do contentor fechado existente na plataforma inferior, sob a mesa de translação", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	A estação de transferência está operacional.
k) Cumprimento da condição descrita na alínea j) "O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa poderá contemplar operações de armazenagem de resíduos hospitalares, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não aplicável	O centro não faz operações de armazenagem de resíduos hospitalares.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
<b>l)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea k) "O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa poderá contemplar o desmantelamento de veículos em fim de vida, o tratamento de resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, e quando adequado, de outras tipologias de resíduos, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não aplicável	Não são efetuadas operações de desmantelamento de VFV, nem tratamento de REEE
<b>m)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea l) "O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa poderá contemplar operações de armazenagem e tratamento de subprodutos e cadáveres animais, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não aplicável	Não são rececionados subprodutos
<b>n)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea m) "O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa poderá contemplar operações de gestão de resíduos de explosivos, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não aplicável	Não são rececionados resíduos de explosivos.
<b>o)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea n) "Poderão ser exercidas atividades diferentes daquelas que constituem objeto da licença, desde que sejam atividades acessórias ou complementares às operações de gestão de resíduos e subprodutos, carecendo sempre dos procedimentos administrativos necessários", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não aplicável	Não são realizadas atividades diferentes das que constam na licença.
<b>p)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea o) "Quando aplicável, os resíduos recebidos no Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa são entregues a operadores que contratualizam a gestão de resíduos com as respetivas entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
<b>q)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea p) "O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa está dotado de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada e a instalação tem disponível uma cópia do alvará", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Sistema de tratamento não funciona.
<b>r)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea q) "Na estação de tratamento de águas lixivantes é realizado o tratamento biológico e físico-químico das águas lixivantes provenientes do centro", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	A ETAR/L não funciona.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
s) Cumprimento da condição descrita na alínea r) “Nesta estação existe um sistema de tamisação, seguido de tratamento biológico efetuado num tanque de arejamento prolongado. Após este tratamento, é realizado o tratamento físico-químico no tanque de arejamento rápido, seguido do tanque de mistura lenta e posteriormente do decantador secundário. As lamas resultantes deste tratamento são desidratadas”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Esta estrutura não está em funcionamento.
t) Cumprimento da condição descrita na alínea s) “As instalações de apoio compreendem, nomeadamente o edifício da portaria, a zona administrativa e de apoio à exploração, a oficina, o armazém, unidade de lavagem de rodados, báscula para controlo e pesagem, estacionamento de viaturas e de contentores, os reservatórios de água de serviço e incêndio, posto de transformação e estação elevatória de águas residuais”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido parcialmente	A unidade de lavagem de rodados não está em funcionamento, é utilizada como parque de contentor. A oficina não tem o sistema despoluição (remoção de fluidos) das viaturas a funcionar.
u) Cumprimento da condição descrita na alínea t) “O Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa está equipado com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes estão validados, e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não verificado	
v) Cumprimento da condição descrita na alínea u) “Existem estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de funcionamento”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	A vedação está deteriorada e é inexistente em algumas zonas.
w) Cumprimento da condição descrita na alínea v) “Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
x) Cumprimento da condição descrita na alínea w) “Está disponível um sistema de pesagem com báscula para quantificar e registar os resíduos admitidos”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
y) Cumprimento da condição descrita na alínea x) “Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Não estão identificadas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
<b>z)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea y) "Todas as áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Verificaram-se áreas que não estão identificadas, e em algumas das que estão, os resíduos armazenados não correspondem à identificação.
<b>aa)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea z) "As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações estão delimitadas e identificadas", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não verificado	
<b>bb)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea aa) "A armazenagem e a triagem de resíduos são feitas em local coberto e pavimentado, requisitos não obrigatórios no caso de resíduos inertes", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido parcialmente	São armazenados resíduos não triados e não inertes em local não coberto e não pavimentado. A cobertura do ecocentro foi removida.
<b>cc)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea bb) "Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Existem resíduos perigosos sem qualquer rotulagem, nomeadamente óleo mineral usado.
<b>dd)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea cc) "É proibida a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos, substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
<b>ee)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea dd) "Os resíduos perigosos são armazenados separadamente dos resíduos não perigosos", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
<b>ff)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea ee) "Os resíduos perigosos líquidos são armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
<b>gg)</b> Cumprimento da condição descrita na alínea ff) "Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. É recomendável que no caso de a armazenagem ter duração superior a um mês, é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor", do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Os contentores não estão todos identificados. Nos contentores a aguardar encaminhamento não é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
hh) Cumprimento da condição descrita na alínea gg) “Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Não estão fixados os procedimentos de controlo na admissão de resíduos, no entanto os funcionários indicam o local de descarga das várias tipologias de resíduos.
ii) Cumprimento da condição descrita na alínea hh) “É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos perigosos que são entregues no centro. Não é efetuada a recolha nem o tratamento de resíduos perigosos.
jj) Cumprimento da condição descrita na alínea ii) “O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de Novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Cumprido	
kk) Cumprimento da condição descrita na alínea jj) “A qualidade e utilizações do composto resultante da valorização por compostagem obedecem às especificações técnicas referidas em anexo a este alvará o qual faz parte integrante”, do ponto 4 do Alvará de licença nº 11/DRA/2012.	Art.º 91 do DLR nº 29/2011/A	Não cumprido	Não é efetuada a produção de composto.

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
Escolha um item.	

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Resíduos orgânicos dispersos pelo centro	Difusa		

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não cumprido	Resíduos orgânicos (refugo) depositados no exterior e o sistema de desodorização da nave não funciona.
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	4	R410A
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	-	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	-	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	-	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
-	Escolha um item.		

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	-	-
3 ≤ Carga < 30	-	-
30 ≤ Carga < 300	-	-
Carga ≥ 300	-	-

#### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Comercial e industrial	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Cumprido parcialmente	Ausência de algumas estações rateiras nos locais assinalados para as mesmas.
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

#### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

##### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	A AIG EUROPE, LIMITED, declarou que a Equiambi, detém ao abrigo da Apólice PA18MA0254, um seguro de responsabilidade ambiental. Este seguro, constituído em 24 de outubro de 2018, cobre entre outras instalações o Centro de Processamento de Resíduos e Valorização Orgânica da Graciosa.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, nomeadamente das condições assinaladas no ponto 5.2.2, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado;
- b) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos, o que viola o disposto no n.º 1 do art.º 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do nº 3 do art.º 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

De referir que este estabelecimento foi inspecionado em 28/09/2017 (INSP-2017-0350) tendo sido, posteriormente, em 09/03/2018 levantado o Auto de Notícia com a referência Auto-2018-0001, por incumprimento de várias condições impostas no alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos, 1.ª adenda ao alvará n.º 11/DRA/2012, de 18 de agosto de 2016, e pelos incumprimentos à licença de descarga de águas residuais alvará n.º AR/2016/41.

Foi realizada nova inspeção (INSP-2018-0122) em 26/10/2018, onde foi verificado que o operador continuava em incumprimento de várias condições impostas no alvará de OGR, bem como à licença de descarga de águas residuais.

O referido Auto de Notícia (Auto-2018-0001) originou o PCO-2019-0006, que se encontra na fase de instrução.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

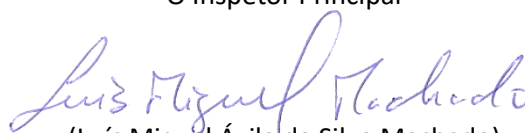
### Indicações transmitidas:

### Medidas adotadas:

- ☐ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Envio do relatório ao instrutor do PCO-2019-0006

Ponta Delgada, 14 de abril de 2020

O Inspetor Principal

  
(Luís Miguel Ávila da Silva Machado)